

A INCLUSÃO DO ALUNO SURDO NO ENSINO FUNDAMENTAL NOS ANOS INICIAIS EM UMA ESCOLA MUNICIPAL DE CUMARU-PE

Ângela Maria da Silva¹
Maria Marta Lemos Ferreira²
Manuela Gonçalves Vasconcelos de Lima³
Orientadora: Rozineide Iraci Pereira da Silva⁴

RESUMO

A presente pesquisa faz uma discursão sobre a inclusão do aluno surdo, nos anos iniciais, em uma escola municipal do ensino regular, tem como objetivo geral analisar como se dá o processo de inclusão do aluno surdo no ensino fundamental nos anos iniciais. Optou-se por uma pesquisa bibliográfica, documental e de campo com uma abordagem qualitativa, observando a luta de direitos de igualdade que foram assegurados a partir de muito esforço e dedicação por meio de educadores e de participantes da comunidade surda, para que se chegasse ao ingresso na escola, em salas de aula regulares, visando à atuação da prática docente e seus métodos de ensino a serem desenvolvidos, sem que ele sofra qualquer tipo de preconceito por parte dos demais alunos, onde a família tem o papel principal nesse processo de inclusão, pois ela precisa entender a importância de uma comunicação clara e objetiva, para que se chegue a ao desenvolvimento social, e compreender a importância da participação da família no processo de inclusão escolar e do processo de ensino aprendizagem do aluno com deficiência auditiva. O resultado apontou que é essencial construir um campo de comunicação e de interação com os estudantes nas ações pedagógicas do professor e do intérprete de libras na prática educacional diante da perspectiva da educação inclusiva, possibilitando que a língua de sinais e a língua portuguesa, preferencialmente a escrita, tenham lugares de destaque na formação dos professores e que ainda há certos entraves no processo de inclusão de estudantes com surdez. Apresenta-se uma temática bastante discutida entre docentes no contexto educacional, onde se torna relevante, mesmo sabendo que ainda há uma busca de informações para encontrar as ações e métodos de ensino mediante as suas habilidades.

Palavras-chave: Inclusão social, Deficiência auditiva, Prática, Docente.

INTRODUÇÃO

A inclusão do aluno surdo é um tema muito abordado e discutido atualmente, pois vem atribuindo um novo rumo, ao que diz respeito no contexto sobre educação. As novas teorias e conceitos que são questionados através das relevantes questões que levam a inclusão.

Nesse processo, para que possa se chegar à inclusão, é fundamental compreender a relação existente entre o desenvolvimento cognitivo, e a interação interpessoal dos alunos

¹Especialista em Educação Inclusiva pelo Centro Universitário Facol-UNIFACOL, angelcumaru22@gmail.com;

² Estudante de pedagogia pela Universidade Federal de Caruaru-UFPE, mariamarta188@gmail.com;

³ Estudante de pós-graduação pela UNOPAR, manuelapzh@gmail.com;

⁴ Professora orientadora: Doutora em Educação, Universidade Aberta do Brasil-UAB/UNIFESP, neide-silva96@hotmail.com.

surdos. Entretanto deve-se analisar, para detectar as diferenças existentes, que deverão ser essenciais, de maneira pela qual haja uma integração do mesmo no cotidiano escolar, no qual deverá ser o protagonista nesse desenvolvimento educacional.

É partindo deste contexto, que se faz necessária uma abordagem temática sobre: A inclusão do aluno surdo, nas series iniciais, nas escolas regulares. Tendo como objetivo geral, analisar como se dá o processo de inclusão do aluno surdo no ensino fundamental nos anos iniciais. Os objetivos específicos: refletir de fato como ocorre a inclusão do aluno surdo nas escolas regulares, e refletir sob a prática docente e o papel da família nesse processo.

Mediante as dificuldades encontradas pelas escolas, surgiu o interesse por aprofundar conhecimentos sobre está temática, focando principalmente nos anos iniciais. Com aporte na literatura estudada, fez necessário o desenvolvimento desta pesquisa, uma estruturação em 3 (três) seções: A primeira refere-se a parte introdutória, apresentando o interesse pelo tema abordado, a justificativa e os objetivos a serem alcançados. A segunda trata da base teórica e metodológica de cunho bibliográfico, documental e de campo com uma abordagem qualitativa.

Acredita-se, que em linhas gerais, a presente pesquisa mostra referências metodológicas bibliográficas, no intuito de refletir sobre informações contidas em bibliografias citadas e as análises dos resultados da pesquisa de campo. Tendo como finalidade um pressuposto teórico, referindo-se á questão da inclusão do aluno surdo, em escolas regulares, e analisar a relação entre professor e aluno, no processo de ensino e aprendizagem.

O resultado aponta-se que é essencial construir um campo de comunicação e de interação com os estudantes nas ações pedagógicas do professor e do intérprete de libras na prática educacional diante da perspectiva da educação inclusiva.

E por último, as considerações finais, onde estabelece uma reflexão, sobre o processo de inclusão do aluno surdo e aprendizagem. Destaca-se a contribuição para construção da aprendizagem desses alunos.

Visto que, a escola será um lugar onde o aluno irá passar uma boa parte de seu tempo, ela terá que dedicar-se ao máximo, para que esse aluno se sinta bem e acolhido, por todos e interaja com seu meio social.

METODOLOGIA



A pesquisa foi constituída de uma pesquisa bibliográfica, documental e de campo descritiva, com uma abordagem qualitativa onde os dados foram coletados através de questionários semiestruturados e observações os resultados foram expostos em quadros.

Segundo Gil:

A pesquisa documental assemelha-se muito à pesquisa bibliográfica. A diferença essencial entre ambas está na natureza das fontes. Enquanto a pesquisa bibliográfica se utiliza fundamentalmente das contribuições dos diversos autores sobre determinado assunto, a pesquisa documental vale-se de materiais que não recebem ainda um tratamento analítico, ou que ainda podem ser reelaborados de acordo com os objetos da pesquisa (GIL, 2008, p. 45).

Nessa pesquisa a técnica utilizada foi o questionário que é “um conjunto de questões que são respondidas por escrito pelo pesquisado. E se constitui o meio mais rápido e barato de obtenção de informações, além de não exigir treinamento de pessoas e garante o anonimato” (GIL, 2008, p. 115).

Através do questionário podemos obter respostas mais eficientes, pois de forma sigilosa essas pessoas podem nos transmitir muita aprendizagem, sem falar na praticidade dessa coleta de dados. Os participantes da pesquisa foram 5 (cinco) docentes que lecionam em turmas do ensino regular com estudantes surdos em uma escola municipal de uma cidade do agreste pernambucano.

Evidencia-se que as identidades dos participantes da referida pesquisa foram protegidas pelo sigilo das informações, uma vez que o anonimato respeita e garante o pleno exercício dos direitos dos participantes, tais como o da privacidade e da garantia da confidencialidade de suas informações pessoais.

Por adotar uma abordagem qualitativa, os dados foram interpretados levando-se em consideração o conteúdo das informações analisadas, buscando desvendar o que há por trás de cada resposta.

REFERENCIAL TEÓRICO

Histórico da Educação Especial no Brasil

No Brasil a Educação Especial, teve início na segunda metade do século XIX, marco que levou à educação a deixar de ser elitista, onde grande parte da população era menos favorecida, e privada de ter acesso a uma educação de qualidade, levando um alto índice de analfabetismo no país.



Em março de 1824, com a formulação da constituição federal, previa à instrução primária gratuita para toda população, mas deixava-se de lado os ditos não normais, ou seja foram destituídas dos seus direitos e do acesso à educação.

Carvalho afirma:

A educação se restringiu basicamente aos filhos da nobreza e nascentes burguesia enriquecida, os quais puderam usufruir da sua condição de membros da elite. Portanto os filhos de pessoas que não eram da nobreza eram excluídos, não tinham direito a educação (CARVALHO, 2005, p. 46).

A Educação inclusiva, de fato é a inclusão de pessoas com necessidades especiais, tais como: Intelectual, auditiva, visual e física. Que de alguma maneira na sua vida sofreu ou ainda sofre algum tipo de preconceito e se tornam excluídos do meio social em que vivem.

Já a Legislação Brasileira, na sua lei nº 10.098, em 19/12/2000, tenta garantir os direitos de pessoas com deficiência ou mobilidade reduzida. Porém o decreto de nº. 3956, em 24/10/2001. Diz que irá eliminar de todas as formas de discriminação contra pessoas com deficiência. Portanto cabe a nós professores, ao recebermos esses alunos, devemos ter um olhar diferenciado, para quebramos as barreiras existentes, e com muita tolerância desempenhar nossa função sem medo de encerrar o novo.

Atualmente no país, os aspectos legais são considerados um dos mais modernos, priorizando a democracia, a educação, e a igualdade de direitos para todos Brasileiros. Facilitando o ingresso a uma educação de qualidade, para aqueles que são de classe social média e baixa. No entanto a inclusão precisa quebrar muitos paradigmas, pois ainda é uma nova, e necessita de profissionais capacitados e bem qualificados, para atender melhor as dificuldades diárias a serem enfrentadas, no cotidiano educacional.

Segundo Vilela (2004, p. 16): "uma das dimensões do processo de inclusão social é a inclusão escolar: conjunto de políticas, igualmente públicas ou particulares, que buscam levar a escolarização a todos os segmentos humanos da sociedade, com ênfase na infância e juventude". A inclusão é vista como um grande movimento, englobando todas as esferas. Visando esse preconceito como um meio de mudanças e reformulações do ambiente escolar, como um todo.

A Legislação da Libras no Brasil

Depois de muita luta em busca do direito de igualdade, de conviver socialmente e coletivamente, os deficientes auditivos encontram apoio legal na constituição Federal de 1988, dando pleno poder para reivindicar seus direitos e deveres, no meio social que estão



inseridos. No entanto, foi através da Carta Magna, que foram criadas as políticas públicas para pessoas com deficiência auditiva que assegura o direito a educação de qualidade nas escolas regulares das redes públicas.

A língua Brasileira de Sinais- LIBRAS é a maneira que o surdo encontrou para comunicar-se, assegurada pela Lei nº10.436 de 24 de Abril de 2002. Garantido a todos deficientes auditivos o direito de ingressar nas escolas e em classes regulares, e disponibilizam recursos e suportes, para ajudar nos impedimentos que dificultam a sua aprendizagem. Portanto através da legalização, e da garantia ao direito de comunicar-se através da sua língua materna, ou seja, a língua de sinais, estabelece o reconhecimento, da inclusão da libras em todos poderes públicos.

Entretanto, devesse ressaltar que foi a partir da legalização, da Lei de Libras, que os deficientes auditivos começaram de fato a serem inseridos na sociedade, como cidadãos críticos e atuantes, reconhecendo seus direitos e deveres, transmitindo suas ideias, sentimentos, valores éticos, e o desejo receberem informações e de participar ativamente de decisões importantes no seu meio social. Assim quebrando os paradigmas do preconceito, onde o surdo era considerado como incapaz de aprender e de conviver igualmente com outras pessoas, sendo privados dos seus direitos. Dessa maneira a LIBRAS é de suma importância para que haja a inclusão social da pessoa com deficiência auditiva.

Inclusão do Aluno Surdo e Escola

A tal falada inclusão do aluno surdo nas salas regulares, vem fazendo com que haja uma adaptação curricular nas escolas, inserindo a disciplina da língua de sinais. Pois sabemos que para o surdo a libras é a sua primeira língua, ou seja a sua língua materna, possibilitando a esse aluno, um potencial a mais no processo de ensino aprendizagem. Onde o surdo deixará de ser considerado como um aluno com déficit de cognição, ou seja inferior aos ditos alunos normais e passara a ser visto, como mesmo tendo necessidades especiais, ele tem as mesmas capacidades de aprendizagem que os demais alunos.

Portanto o Ministério da Educação ressalta que o aluno surdo precisa frequentar a escola regular, desde que a mesma se adapte, tanto na sua estrutura física quanto no seu currículo, para assim atender melhor às necessidades educacionais desse aluno

Segundo Vilela (2004), uma das dimensões do processo de inclusão social é a inclusão escolar: conjunto de políticas ou particularidades, que buscam levar a escolarização a todos os segmentos humanos na infância e na juventude.



Hoje se vê a inclusão, como um grande movimento que insere todas as esferas do mundo, visando esse procedimento, como sendo um meio de mudanças e reformulação do ambiente escolar como um todo.

Portanto para que possa ter um sentido abrangente, de não querer incluir por apenas incluir, o aluno com deficiência, em escolas regulares, faz-se necessário uma adaptação nas escolas que possam oferecer a esse aluno recursos, e também um professor e um interprete especializado, que possam juntos desenvolver um cidadão apto para exercer suas funções no ambiente que o mesmo esteja incluído.

De acordo Fernandes (2006), o movimento inclusivo tem como objetivo resgatar todo alunado excluído, como a argumentação de que a diversidade na escola é um fator potencializador da aprendizagem no sentido acadêmico, relacional e humano.

A importância da inclusão dos alunos surdos, nas séries iniciais, é riquíssima, pois desde cedo é fundamental a interação com outras crianças, quebrando o paradigma do preconceito, e aprendendo a respeitar as diferenças, existentes entre ambos. Proporcionar a escola, atividades que possam ser realizadas, de maneira diferenciada, que possibilite a interação do aluno surdo com outros alunos da escola, adaptando o ensino da língua de sinais, para que haja uma melhor comunicação entre ele e demais alunos da escola.

Lacerda (2006), diz que as experiências inclusivas de alunos surdos têm apresentado lacunas tanto almejadas inserção sociais quanto acadêmicas, e aponta alguns fatores que dificultam o pleno aproveitamento desses alunos no sistema de ensino regular.

Portanto, para que haja uma melhor comunicação no ambiente escolar, quando há alunos surdos, faz-se necessário o uso de muitos recursos, para adaptação, tais como: um ambiente bem sinalizado com imagens, indicando todos os locais e objetos existentes, uma ampliação sonora, e o principal, que não deve faltar para esse processo aconteçam, que é o apoio de um intérprete de libras, para que possa o assessorar em suas atividades juntamente ao professor da sala.

É importante ressaltar, que cabe a escola buscar novos métodos para adaptação, que possa inserir estes alunos surdos, de maneira clara e objetiva, quebrando o paradigma existente de um perfil de escola homogenia, e passe a ter um perfil com a concepção de uma nova escola, que está preparada para receber todo tipo de alunado, desde os ditos normais até aqueles que por algum motivo, tem uma limitação, pois tudo isso será essencial, para que se alcance a tão almejada inclusão social.

A Prática do Professor

O professor tem o papel fundamental no processo de inclusão e ensino aprendizagem do aluno surdo, onde o mesmo deve estar preparado para facilitar o desenvolvimento da aprendizagem. Sabendo-se que é primordial a comunicação entre ambos, mas o professor por sua vez não é obrigado a saber libras, pois seria quase impossível dar sua aula e interpretar ao mesmo tempo. Por este motivo é necessário a participação de um profissional tradutor intérprete de libras, que fará a mediação da comunicação entre o aluno surdo e os demais ouvintes.

No entanto no processo de aprendizagem do surdo, é essencial trabalhar o visual, ele aprenderá através da observação de imagens, portanto o professor precisa adaptar o seu currículo, para que isso aconteça. Deve-se fazer o uso de cartazes com imagens, a palavra escrita e o sinal indicando ao que se refere só assim ele conseguirá assimilar o que está sendo transmitido. Embora saibam que o surdo levará mais tempo no seu processo de aprendizagem, e a avaliação não poderá ser igual à de um aluno ouvinte.

O MEC ressalta:

A formação do professor deve ser um processo contínuo que permeie sua prática com alunos, a partir do trabalho transdisciplinar com uma equipe permanente de apoio. É fundamental valorizar o saber de todos os profissionais da educação no processo de inclusão. Não se trata apenas de incluir um aluno, mas de repensar contornos da escola e a que tipo de Educação esses profissionais tem se dedicado (BRASIL, 2005, p. 21).

Na atualidade e com o avanço das tecnologias, os professores precisam sempre estarem se renovando buscando novas técnicas de ensino, e novas formações profissionais, para melhor atender esses alunos com necessidades, que a cada dia estão chegando, nas escolas regulares.

Seguindo na mesma linha de pensamento, Pereira alega:

Em se tratando de crianças surdas a interação deverá realizar-se por meio da língua de sinais. É ela que vai possibilitar aos surdos vivenciar práticas em que a escrita esteja envolvida, como contar histórias, relatar eventos vivenciados, entre outros, e semelhante ao observado em crianças ouvintes (PEREIRA, 2006, p. 62).

Nesses casos cabe ao professor, trabalhar o lúdico e a percepção para distinguir a língua falada e a escrita, com base na interação e na comunicação interpessoal, pois irá estimular o aluno surdo a participar igualmente ao ouvinte, desenvolvendo oficinas de libras onde ele possa compartilhar seus conhecimentos e dar sinais para seus colegas, facilitando assim a sua comunicação, pois o surdo não reconhece o outro pelo nome, e sim por seu sinal. Porém,

sabemos que a língua materna do surdo é a libras, e deve-se respeitá-la. Antes de aprender a língua portuguesa ditadamente falada, ele precisa aprender a libras, onde a sua escrita não será igual a dos ouvintes, pois o surdo não utiliza de conectivos para dar sentido às palavras.

No entanto, é importante ressaltar que é o professor, em sala de aula é o mediador do conhecimento, e também transmissor de seus saberes, tais como: respeito ao próximo, valores morais e éticos, entre outros.

RESULTADOS E DISCUSSÃO

A análise dos resultados aborda o processo de formação e práticas pedagógicas aplicadas pelos professores entrevistados que atuam na rede municipal de ensino de uma cidade do agreste pernambucano que lecionam na educação básica do ensino fundamental nos anos iniciais, tomando como principal referência, as respostas aos questionários e os discursos trazidos pelos professores entrevistados referentes ao processo de ensino aprendizagem nas ações pedagógicas diante da inclusão dos alunos surdos.

Aponta-se no quadro-01 diante das respostas das professoras da educação básica dos anos iniciais do ensino fundamental, que a maioria das entrevistadas afirmou que a formação continuada vivenciada com frequência na ação pedagógica é uma forma acolhedora para os professores e intérprete aprender melhor para desenvolver a criatividade e o conhecimento de cada aluno.

Quadro 01 – Que relevância trás a formação continuada na perspectiva da educação inclusiva para as práticas pedagógicas com os alunos surdos?

PROFESSORAS	RESPOSTAS
P 1	Uma boa formação na área trás junto na práxis educativa um conjunto de desenvolvimento e o conhecimento na rotina escolar.
P 2	A ação pedagógica diante da formação contínua busca lapidar a habilidade dos estudantes surdos que professor, aluno e intérprete favorecem a cognição dos alunos, diante suas habilidades e competências no processo da aprendizagem.
P3	O professor preparado com frequência através de formação continuada na área específica estimula a cognição dos alunos surdos com mais conhecimentos e segurança, pois nós professores precisamos a cada dia investir nas ações pedagógicas.
P 4	Uma excelente formação continuada em nossa área específica irá favorecer a todos em especial aos alunos com surdez, pois fortalece a socialização da criança nas diversas práxis pedagógicas.
P5	É de grande importância o professor da educação básica fortalecer os jogos e as brincadeiras no espaço aula. Pois é um dos direitos essenciais das crianças aprenderem brincando. Porém ressalto que nós professores precisamos de mais formações continuadas para desenvolver novos conhecimentos para

O estudo revela que ainda há certos entraves no processo de inclusão de estudantes surdos em salas regulares. Como aponta as respostas dos sujeitos da pesquisa, pois as professoras ressaltam que a formação continuada na área específica precisa-se ser realizada com mais frequência. Apesar de ser cada vez mais frequente a presença deste público no contexto social e escolar e que, a temática é bastante dialogada nas salas de aula, porém precisa-se investir mais na qualidade da formação continuada dos professores e intérpretes.

Nesse sentido, deve-se ter o cuidado seguinte: “a preocupação de organizar os conteúdos programáticos para verificar o que os alunos aprendem e as possibilidades de novos aprendizados” (SANTOS, 2014, p. 31).

Nesse processo, as escolas tornam-se ambientes riquíssimos de oportunidades e estímulos que favorecem a socialização, a comunicação e, conseqüentemente, o desenvolvimento cognitivo e linguístico da criança com deficiência auditiva, principalmente se utilizar na prática escolar a ludicidade, os jogos e brincadeiras para iniciar esse processo de conhecimento.

No quadro-02 aponta à próxima pergunta do questionário aplicado as professoras que lecionam nas turmas regulares que trabalham com estudantes surdos.

Quadro 02 – A escola enquanto instituição de ensino está apta a receber estudantes surdos nas turmas regulares?

PROFESSORAS	RESPOSTAS
P 1	Acredito que sim, pois a intérprete que leciona comigo ela estar preparadíssima para o desenvolvimento intelectual do nosso aluno.
P 2	Sim, pois quando tenho dúvida procuro buscar apoio a minha amiga intérprete que leciona comigo, pois não compreendo a libras, mais a intérprete segura minha mão.
P3	O professor precisa desse elo com a intérprete, pois é a única coisa que a escola oferece a intérprete para nos ajudar, pois não tenho habilidades em libras.
P 4	Acredito que sim, mais a escola necessita investir mais em nós professores.
P5	Sim, pois quando tenho dúvida procuro as intérpretes, pois é o único recurso que tenho para se comunicar com meu aluno surdo.

Fonte: elaborada pela autora da pesquisa, 2022.

Todas as professoras afirmaram que a escola estar apta para receber os estudantes surdos, pois fica em evidência que as docentes não têm habilidades em libras, mas todas têm a intérprete de libras para apoiar-las nas atividades escolares dos alunos surdos.

É na escola, que no seu dia-a-dia o aluno surdo, terá acesso a diferentes, conteúdos e conviver e se relacionar com muitas pessoas, que são diferentes das quais ele convive em seu meio familiar, promovendo possibilidade de percepção, onde todos são diferentes e cada um tem suas próprias características.

Portanto cabe aos pais, procurarem uma escola, que tenha recursos que ajude no processo de ensino e aprendizagem, e dê total apoio e dedicação ao seu filho, e de maneira significativa contribua para formação educacional e social do mesmo.

Diante das afirmativas dos entrevistados, verifica-se o quanto é importante conhecer para melhor acolher e, verdadeiramente colocar em prática ações inclusivas diante das formações continuadas. Neste viés reflexivo a empatia, equidade e igualdade para com o aluno com surdez ou qualquer outra deficiência é essencial para que a escola de fato seja um espaço inclusivo.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Com esta pesquisa, podemos perceber o quanto é alarmante a quantidade de pessoas surdas no país, que sofrem preconceito, e ainda são privados de seus direitos, e deveres assegurados ao longo dos tempos, direitos esses conquistados com muita luta e dedicação, havendo uma contribuição, para que possa ocorrer o desenvolvimento cognitivo e interpessoal do aluno surdo.

No entanto, com o ingresso desse aluno em escolas regulares, ele terá a necessidade de aprender uma língua completamente diferente da que ele está acostumado a comunicar-se, ou seja, a libras, sua língua materna, gerando um grande impacto para ele, onde caberá ao professor, encontrar métodos para garantir uma educação de qualidade.

Visto que, a escola será um lugar onde o aluno irá passar uma boa parte de seu tempo, ela terá que dedicar-se ao máximo, para que esse aluno se sinta bem e acolhido, por todos e interaja com seu meio social. Ela terá que adequasse com recursos técnicos e educativos, e uma adaptação curricular, e o apoio de um profissional qualificado, ou seja, um intérprete de libras, que o ajudará na comunicação com os demais, havendo uma interação, desse modo, assim irá atender melhor suas necessidades especiais.

É de relevante importância, ressaltar que o processo de inclusão de alunos surdos na escola regular, precisa quebrar paradigmas, e não deve ser visto como um caso simples e



isolado, precisa ser discutido de forma abrangente, na busca primordial da quebra de preconceitos.

O resultado apontou que é essencial construir um campo de comunicação e de interação com os estudantes nas ações pedagógicas do professor e do intérprete de libras na prática educacional diante da perspectiva da educação inclusiva, possibilitando que a língua de sinais e a língua portuguesa, preferencialmente a escrita, tenham lugares de destaque na formação dos professores.

Portanto a inclusão escolar desse aluno acontece nos anos iniciais do ensino fundamental, onde ele tem o primeiro contato, com pessoas diferentes da família, das quais está acostumado a conviver, sendo essencial para o desenvolvimento social e participação na execução dos direitos e deveres como cidadão atuante no meio em que está inserido. Levando a escola a reconhecer as limitações, e a respeitar suas necessidades no seu ritmo de aprendizagem, e possa garantir uma educação de qualidade para todos.

REFERÊNCIAS

BRASIL. MEC, **a Hora e a vez da Família em uma sociedade Inclusiva**, São Paulo: SORRI-BRASIL, 2006.

BRASIL. MEC, **Educação Inclusiva: v.4: A Família** / Coordenação Geral SEESP/MEC/ Brasília, 2004.

BRASIL. MEC, **Saberes e Práticas da Inclusão: Dificuldade de Comunicação e sinalização: Surdez**, Brasília: MEC, SEESP, 2004. Disponível em: BRASIL. **Constituição Federal**. Brasília, DF, 1988. Disponível em: <http://portal.mec.gov.br/setec/arquivos/pdf_legislacao/superior/legisla_superior_const.pdf> Acessado em: 12/11/18 às 22:32h.

BRASIL. **Lei n. 10.436, de 24 de abril de 2002. Dispõe sobre a Língua Brasileira de Sinais – LIBRAS e dá outras providências**. Diário Oficial da República Federativa do Brasil, Brasília, DF. 2002.

BRASIL. **Lei N. 9394/96, de 20 de Dezembro de 1996. Estabelece as Diretrizes e Bases da Educação Nacional**. Diário Oficial da União 1. Brasília, 1996.

CARVALHO, Rosita Edler. Educação Inclusiva: do que estamos falando? Revista Educação Especial, n. 26, 2005. Disponível em:< [http://cascavel.cpd.ufsm.br/revistas/ojs-2.2.2/index.php/educacaoespecial/article /view/4395/2569](http://cascavel.cpd.ufsm.br/revistas/ojs-2.2.2/index.php/educacaoespecial/article/view/4395/2569)> Acesso em: 11 fev. 2016.

FERNANDES, Sueli. **Fundamentos para educação especial**. Porto Alegre: Ibpex, 2006.

GIL, A. C. **Métodos e técnicas de pesquisa social**. 5. ed. São Paulo: Atlas, 2008, p. 115.



LACERDA, C.B.F. **O processo dialógico entre o aluno surdo e educador ouvinte: Examinando a construção de conhecimentos.** Tese de Doutorado, programa de Pós-Graduação em Educação, Universidade Estadual de Campinas (UNICAMP), 2006.

PEREIRA, Maria Cristina da C. **Leitura, escrita e surdez.** São Paulo: Secretaria da Educação do Estado de São Paulo, 2006.

SANTOS, Vilmar Rodrigues dos. **Jogos na escola: os jogos nas aulas como ferramenta pedagógica/Vilmar Rodrigues dos Santos.** – Petrópolis, RJ: Vozes, 2014.

SILVA. Cirlene Madalena da. **Políticas Públicas para Educação de Surdos no Estado de Pernambuco.** Recife, 2009. Disponível em: < <http://www.suvag.org.br/arquivos/cms.pdf>> Acesso em: 13/11/2018 às 11:37h.

VILELAG. B. **Proposta de inclusão e mudanças de paradigmas sofridas pelas escolas nos dias atuais.** Revista Construir Notícias. Recife, N 2, p. 16. Março/ Abril 2006.